

JORNAL ASSUFRGS

Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

VERÃO EM GAROPABA

Colônia de Férias
Alta temporada

2018/2019.

INSCRIÇÕES DE 13 A 25 DE SETEMBRO | SOMENTE PARA SÓCIOS DA ASSUFRGS!

O edital para a ocupação da Colônia de Férias da Assufrgs em Garopaba, Santa Catarina, ocorre de 13 a 25 de setembro. São ao todo 34 apartamentos, que serão ocupados em 09 turmas de 11 dias cada. Confira nessa edição as datas para ocupação e programe as férias com toda a família. Cada apartamento acomoda 5 pessoas. Confira também quais as melhorias que estão sendo programadas na estrutura da colônia de férias. [Página 4 e 5](#)

ASSUFRGS 67 ANOS

A importância de preservar a história dos trabalhadores

Projeto Memória Assufrgs, que tem como objetivo preservar a memória do sindicato por meio da salvaguarda dos documentos que acompanham a construção da organização dos trabalhadores da UFRGS, UFCSPA e IFRS. “Reconhecer a importância desse acervo documental, constituído pelos sujeitos organizados em sua luta, é o primeiro passo para garantir a proteção da história e da memória sindicais.

[Página 3](#)

AÇÕES AFIRMATIVAS

IFRS enfrenta dificuldades para o acesso da comunidade às cotas

Dificuldades de interpretar as regras para a ocupação das vagas destinadas a negros, pardos, indígenas e pessoa com deficiência é um dos motivos. Veja que ações a comunidade do IFRS vem realizado para diminuir esse problema. Entre as ações está a divulgação das cotas para alunos de escolas públicas, nas cidades que possuem campus do Instituto Federal.

[Página 7](#)

TRAGÉDIA ANUNCIADA

Destruição do Museu Nacional escancara como a Emenda Constitucional nº 95 e o descaso com o investimento público em educação, cultura, ciência e tecnologia afetam o patrimônio histórico, social e cultural do país. [Páginas 6 e 7.](#)

Foto: Reuters



AGENDA

Festa dos 67 anos da Assufrgs, 22 setembro na sede campestre

No dia 22 de setembro a Assufrgs realiza a festa de 67 anos do sindicato na sede campestre! Será realizado um Costelão 12 horas, com saladas, arroz e farofa. Terá também bolo de aniversário e música com DJ! O ingresso custa R\$20,00 e pode ser adquirido no setor de convênio. Quem comprar 4 ingressos, leva um refrigerante 2 litros. As bebidas serão vendidas no local.

A Assufrgs disponibiliza gratuitamente transporte até a sede campestre. A saída do ônibus está programada às 11h, em frente ao Julinho, passando às 11h30min no pátio do campus do vale. Pedimos aos interessados no transporte para realizar inscrição prévia no site. Será importante para calcular a quantidade de colegas interessados.

Vem comemorar os 67 anos do sindicato!

HISTÓRIA

Aprovado regimento do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs (Cedem-Assufrgs)

Na reunião do Conselho de Representantes realizada no último dia 29 de agosto, foi aprovado o Regimento do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs (Cedem-Assufrgs).

Também foram escolhidos os representantes do Conselho de Representantes no Comitê Gestor do Cedem-Assufrgs, que ficou composto pelos técnico-administrativos: Frederico Bartz, Jerônimo Menezes, Charles Florczak, Andreia Duprat e Celso Allegransi.

Confira o regimento completo na página: www.projeto.memoria.assufrgs

CHARGE



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL: Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes, Charles Florczak de Almeida e Mariane Souza de Quadros

COORDENAÇÃO FINANÇAS: Márcia Tavares e Pedro Leite

COORDENAÇÃO EDUCAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL: Frederico Duarte Bartz e Jerônimo Soares de Castro Menezes

COORDENAÇÃO SST: Lais Magbel Camisolão Borba e Maria da Glória Tavares de Souza

COORDENAÇÃO CULTURA: Gilson Silva dos Santos e Rosane Procaska Pereira

COORDENAÇÃO JURÍDICA: Rui Paulo Dias Muniz e Sabrina Clavé Eufrásio

COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS: Mauro José dos Anjos e Teresinha da Costa Fraga

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO: Jade de Oliveira Monteiro

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Xavier

67 ANOS ASSUFRGS

Projeto Memória Assufrgs: em defesa da história dos trabalhadores

Por **Fernanda Feltes***

A história é contada por meio de documentos, em suas mais variadas formas. Não fosse assim, a restrição de acesso a esses documentos e mesmo sua destruição não seriam medidas comuns a regimes nazifascistas, ditaduras e a seus agentes. Nesse sentido, a preservação documental é imprescindível à validação do documento como instrumento privilegiado de observação, análise e intervenção sobre a História.

No caso de um sindicato, evidentemente, são recorrentes as tentativas de comprometer o acesso à documentação produzida no âmbito das lutas e conquistas do movimento. Vivemos uma conjuntura de ataque frontal às conquistas dos trabalhadores, mais do que um ataque ao Estado: o golpe de 2016 configurou um processo sistemático de retirada de direitos e aprofundamento da desigualdade social. A capacidade de organizar e manter mobilizada a classe trabalhadora, nesses tempos, é uma ameaça à continuidade do projeto golpista que expressa os interesses capitalistas. Tornar visível o percurso que culminou nessas conquistas constitui, portanto, documento e prova.

O lançamento do Projeto Memória Assufrgs, ocorrido em junho de 2018, atua no sentido de preservar a memória do sindicato por meio da salvaguarda dos documentos que acompanham a construção da organização dos trabalhadores da UFRGS, UFCSPA e IFRS. O Projeto prevê a abertura do Centro de Documentação Mario Serapião Pereira, no qual ficarão reunidos jornais, panfletos, cartazes, informativos, registros administrativos, fotografias e objetos vinculados à história da Assufrgs. Noutro de seus eixos, o Projeto investe sobre a produção documental, por meio de entrevistas com integrantes do sindicato.

A partir da constituição do Projeto Memória, a Assufrgs pretende trazer a público e proteger a história por detrás de eventos como a greve que, em 1984, paralisou toda a universidade,



Fechamento da Alberto Bins com Pinto Bandeira em 09 de junho de 1998



Regulamento da 1ª organização de funcionários da UFRGS/1922 (à esquerda) e Capa do Jornal da Assufrgs de 20 de setembro de 1988 (à direita)

ou da luta contra o golpe e a reforma da previdência, manifestada pela greve em 2017. A história e a memória de lutas confluem nesse projeto, que convida pesquisadores e a comunidade em geral a se debruçarem sobre a trajetória da Assufrgs em suas mais diferentes expressões, mas que também busca aproximar-se da categoria, promovendo a identificação entre a História e seus construtores.

Reconhecer a importância desse acervo documental, constituído pelos sujeitos organizados em sua luta, é o primeiro passo para garantir a proteção da história e da memória sindicais. A História é um campo de severas e permanentes disputas. O detalhamento ou a superficialidade com que seus atores e processos são tratados nos fala sobre quem detém o poder e os direitos sobre o registro histórico. Oferecer ou restringir o acesso às características de determinado processo ou episódio, da mesma forma, delimita as possibilidades que têm os sujeitos de influir sobre as alternativas políticas que se colocam. O apagamento ou o desconhecimento prejudicam a organização política, na medida em que reforçam a desinformação e, com isso, fazem com que prepondere a suposição sobre o dado produzido pela evidência. Nesse sentido, a constituição de um Centro de Documentação para abrigar a diversidade de fontes que pode ajudar a contar a história da classe trabalhadora serve à própria organização da classe, serve à difusão de sua luta, serve ao convite para a unidade em torno de sua relevância.

O marxista italiano Antonio Gramsci certa vez escreveu que sempre se olha para o passado desde o presente. Construir e fortalecer o Projeto Memória Assufrgs, lutar não somente para sua formalização, mas também para sua continuidade e para sua permanência é, portanto, garantir que o presente seja nutrido pelo acúmulo e pela importância da trajetória da Assufrgs. Assim, se reconhece o caminho que culminou em quase um século de organização dos servidores públicos da base da Assufrgs, e se defende os esforços que tornaram essa história possível e que a mantém viva.

*Fernanda Feltes é mestranda em história pela UFRGS e estagiária do Projeto Memória Assufrgs

PARA OS FILIADOS

Inscrições para alta temporada 2018/2019, da colônia de férias, ocorrem de 13 a 25 de setembro



Durante o veraneio, a utilização da Colônia será organizada em períodos de 11 (onze) dias, que correspondem a “turmas”. Ao todo serão disponibilizados 34 (trinta e quatro) unidades de apartamentos, em 09 (nove) períodos de 11 dias, com capacidade para 05 pessoas em cada apartamento. Somente podem participar do edital filiados da Assufrgs. Serão, portanto, contemplados 34 inscritos em cada uma das nove turmas para a ocupação desses apartamentos, obedecendo a ordem do sorteio. Todos os filiados poderão optar por até 02 (duas) turmas.

Na temporada serão assegurados, preferencialmente, 50% dos apartamentos para o filiado que não utilizou a Colônia na Alta Temporada nos dois últimos anos. Somente poderão utilizar a Colônia

no período de Alta Temporada, tanto titulares de apartamentos como na condição de acompanhante, os servidores que forem filiados à ASSUFRGS no mínimo com duas (2) mensalidades descontadas no ato da inscrição, mediante comprovação pelo Setor de Convênio, através da folha de arrecadação de mensalidades, emitida pelo SIAPE/SIGEPE.

Aos filiados Aposentados e Pensionistas será disponibilizado que sua Inscrição seja efetivada no setor de convênios do Sindicato, munidos de documento e de preferência de posse do Código e Senha, pensionistas deverão apresentar seu contracheque atualizado. Na sede centro o atendimento será das 09h às 17:30h. Na sede do Campus do Vale, das 9:30h às 15:30h. A publicação dos inscritos ocor-

As inscrições poderão ser feitas até às 17h do dia 25 de setembro, somente pelo site: assufrgs.org.br/colonia-de-ferias

CALENDÁRIO DAS TURMAS

- 1ª - **04 A 14 DE DEZEMBRO**
- 2ª- **17 A 27 DE DEZEMBRO - RECESSO E NATAL**
- 3ª- **29 DE DEZEMBRO A 08 DE JANEIRO - RECESSO E ANO NOVO**
- 4ª- **11 A 21 DE JANEIRO**
- 5ª- **24 DE JANEIRO A 03 DE FEVEREIRO**
- 6ª- **05 A 15 DE FEVEREIRO**
- 7ª- **18 A 28 DE FEVEREIRO**
- 8ª- **02 A 12 DE MARÇO - CARNAVAL**
- 9ª- **15 A 25 DE MARÇO**

re no dia 26 de setembro, o prazo para recursos será no dia 27 e sorteio em 03 de outubro. O sorteio será eletrônico e realizado pelo CPD da UFRGS.

NOVIDADES NA COLÔNIA

O próximo período será de novidades na estrutura da Colônia de Férias. Uma das melhorias mais pedidas pelos filiados é a implantação do wi-fi na colônia. Segundo a coordenação do sindicato a implantação da internet sem fio deve ocorrer até a alta temporada.

Outra medida que está em andamento é a regularização das instalações antigas dos fundos do terreno, para concessão de habite-se, com projeto arquitetônico e regularização do PCCI, para funcionamento, dentro das normas estabelecidas pelos bombeiros. No planejamento da coordenação de cultura, está a troca de colchões, armários aéreos dos aptos dos fundos e novas toalhas de mesa.

AGENDA EM GAROPABA

- ◆ A Colônia de Férias da Assufrgs recebeu entre os dias 23 e 26 de agosto, grupo de colegas técnico-administrativos de todo o país, que participaram do 9º Fórum Nacional das Comissões Internas de Supervisão (FN-CIS) do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).
- ◆ De 07 a 19 de novembro ocorre o 14º Encontro de Aposentados em Garopaba. Entre as diversas palestras, já está confirmada uma mesa sobre “cuidados com medicamentos”, da enfermeira Djanir de Freitas Brião.

MELHORIAS NA COLÔNIA DE FÉRIAS

Concluída construção de nova fossa



Com o objetivo de melhorar a estrutura da Colônia de Férias de Garopaba, respeitando o meio ambiente, a Coordenação da Assufrgs Sindicato finalizou a construção da nova estrutura de fossa, com colocação de filtro e sumidouro, para

as ligações de esgoto dos oito apartamentos antigos, localizados aos fundos da Colônia. Com a obra de revitalização da fossa, os apartamentos podem ser ocupados novamente. Eles foram reabertos oficialmente durante a estadia dos participantes do IX Fórum Nacional das Comissões Internas de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que ocorreu de 23 a 26 de agosto, em Garopaba.

Recentemente foi constatado que a fossa antiga, datada dos anos 90, estava cedendo, abrindo uma pequena cratera em frente à entrada dos apartamentos. A nova estrutura está de acordo com a legislação ambiental em vigor na colônia, diferentemente da anterior, que não estava em acordo com tal legislação. Para a construção da nova fossa foram feitos três orçamentos, sendo contratado o orçamento de menor quantidade. A obra foi realizada por Ademir Gonçalves de Deus e Cia LTDA, dentro dos padrões da Prefeitura de Garopaba, acompanhada pelo projeto da engenheira civil, Marina Nascimento Silva, que visitou e fiscalizou o local da obra. O valor total ficou em R\$48.160,00. Os orçamentos e contratos estão disponíveis à verificação de toda categoria na sede do sindicato.

UNIODONTO PARA FILIADOS ASSUFRGS

Agora os filiados da Assufrgs e seus dependentes podem ter plano odontológico da Uniodonto **por apenas R\$28,90 ao mês!** O plano é de abrangência nacional, e a cobertura odontológica conta com emergência 24h, consultas, diversos tipos de prevenções, odontopediatria, exames laboratoriais e mais. Saiba como aderir e confira os detalhes do plano em assufrgs.org.br/uniodonto Aproveite!



UFRGS

Consulta da Assufrgs à categoria: 72% desaprovam atual reitoria da UFRGS

A Assufrgs Sindicato realizou pesquisa à categoria de técnico-administrativos em educação da UFRGS, do dia 10 de julho ao dia 13 de agosto. A pesquisa ocorreu através de consulta online no site do sindicato e de forma física, em formulário impresso para preenchimento.

Um dos objetivos foi saber como a categoria percebe o trabalho realizado pela coordenação do sindicato e pela administração da universidade. A Assufrgs realiza consulta semelhante para os técnico-administrativos da UFCSPA e do IFRS. Ao todo 350 colegas da UFRGS expressaram sua opinião.

Dos números coletados, 72,9% dos técnicos desaprovam a administração Oppermann, apontando como péssima ou ruim; 67,9% descreveram a atual pró-reitoria de gestão de pessoas, também como péssima ou ruim, e 59% aprovam a atual coordenação da Assufrgs, a considerando boa ou excelente.

A consulta tratou também sobre quais devem ser as principais pautas do sindicato para o próximo período. Entre as opções sugeridas pela pesquisa estavam as pautas: Luta pela data base, Reajuste de salário, 30h para todos e combate ao assédio moral. Os técnicos deveriam indicar as pautas de maior relevância.

A pauta mais citada pelos colegas foi o **reajuste de salário**, com 337 respostas, sendo 56,4% delas à colocando como prioridade principal do sindicato. Em segundo lugar, como mais citada, está a pauta da **data-base**, com 334 respostas. 66,2% dessas respostas também colocaram o assunto como prioridade. A terceira pauta mais citada foi a **30 horas para todos**, com 321 indicações, delas 59,2% como prioridade primeira.

A Assufrgs indagou aos técnicos quais deveriam ser as **prioridades locais**, entre os seguintes temas: ampliação da flexibilização; luta pela paridade; liberação para atividade sindical; contra a interligação do login com a frequência; melhorias em garopaba e sede campestre; ampliação do atendimento na sede centro da Assufrgse; e ampliação do atendimento na subsede do Vale Assufrgs.

A pauta mais indicada pelos colegas que participaram da pesquisa foi a **luta pela paridade**, com 329 indicações, sendo 65,3% dessas como prioridade primeira. Em segundo lugar a pauta da **ampliação da flexibilização**, onde 52,5% destes também a colocaram como prioridade de maior importância. A terceira pauta mais citada foi **contra a interligação do login com a frequência**, com 279 respostas, destas 43,7% à colocaram em primeiro lugar. O resultado completo está disponível no site do sindicato.

TRAGÉDIA ANUNCIADA

Cortes de investimento destroem o passado e o futuro do Brasil. Qual o papel da comunidade Universitária na defesa da educação e cultura do país?

Destruição do Museu Nacional escancara como a Emenda Constitucional nº 95. e o descaso com o investimento público em educação, cultura, ciência e tecnologia afeta o patrimônio histórico, social e cultural do país.



Comunidade da UFRGS reunida em frente à Faculdade de Educação para debater a defesa da educação pública e a luta contra a EC 95.

Com orçamento sendo reduzido nos últimos anos, chegando a apenas R\$205 mil em 2018, o Museu Nacional, da UFRJ, foi atingido por um grande incêndio na noite do dia 02 de setembro. A instituição, fundada por D. João VI, em 1818, havia completado 200 anos e teve a maior parte do seu acervo, de 20 milhões de itens, destruído. Perdeu-se parte importantíssima da história, ciência e cultura do Brasil.

É triste constatar que o Museu Nacional não é o único patrimônio histórico, cultural e científico brasileiro a ser destruído pelo fogo nos últimos anos, consequência do descaso com a falta de investimento público nestas áreas. O Museu da Língua Portuguesa foi completamente consumido em dezembro de 2015 por um incêndio, assim como em 2013 no Memorial da América Latina, e no Instituto Butantan, em 2010. Só para citar alguns exemplos. Sem contar os inúmeros problemas de infraestrutura nos prédios das universidades e museus públicos de todo o país.

Patrimônio da Nação, local de estudo científico e de pesquisa da UFRJ e toda comunidade escolar fluminense e brasileira, o Museu Nacional deveria ter sido protegido pela administração pública. Alias, na mesma semana do ocorrido, o Congresso recebeu o Orçamento de 2019 enviado pela Presidência com um corte de 12% nos investimentos públicos. A queima do Museu Nacional, e seu acervo, poderia inclusive ser considerada violação da Constituição Federal, que em seu Artigo 23 é bem clara ao instituir que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municí-

pios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. A salvaguarda do material queimado é responsabilidade do Estado.

Falando em orçamento, vale o destaque à nota publicada após o incêndio pela reitoria da UFRJ, onde é afirmado que “Urge, por parte do Governo Federal, uma mudança no sistema de financiamento das universidades federais do país. A matriz orçamentária existente no Ministério da Educação não aloca nenhum recurso para os prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e para os museus universitários. O mesmo acontece com o Ministério da Cultura, que igualmente não prevê recursos para tais fins.”

Teto de gastos e o projeto de país sem educação pública

A Emenda Constitucional nº95, que já está em vigor, é resultado da aprovação da PEC do Teto de Gastos, que congela o investimento em educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia pelos próximos 20 anos. O Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural do MPF aponta a aprovação do congelamento dos orçamentos como uma das causas da deteriorização acelerada do Museu Nacional. Mas como podemos reverter a situação? A comunidade universitária tem papel fundamental na discussão e mobilização contra o desmonte dos órgãos públicos. Nos dias 08 de agosto e 03 de setembro, em frente à Faculdade de Educação, estudantes da UFRGS, professores e técnico-administrativos, realizaram eventos

para chamar a atenção da comunidade sobre o projeto de corte de gastos nas universidades e institutos federais. Em agosto o gatilho para a mobilização foi o alerta de corte de bolsas da CAPES, em setembro, a destruição do Museu Nacional.

O investimento em ciência e tecnologia teve seu patamar máximo entre 2010 e 2013. De lá para cá a situação vem piorando, em 2016 o setor sofreu cortes de 30%, e em 2017 mais 44% de corte. Além desses cortes tem agora a EC 95. O Brasil investe em ciência e tecnologia menos de 1% de seu PIB. O índice médio dos países desenvolvidos é 2,5% a 3%, alguns até 6%. Os cortes na educação foram de 32% do ano passado para cá; no ministério da cultura, 40%; no ministério da integração 17%. “Isso não é acidental. Existe um projeto de sociedade brasileira de entrega do controle estratégico, com a privatização do petróleo, do gás, das universidades. Está vindo aí a discussão da entrega da água e dos territórios fronteiriços. Temos que voltar a falar de imperialismo sem mitificações”, ressalta o professor do Instituto de Biociências da UFRGS, Jorge Quillfeldt.

A reação da universidade

O economista Jonattan Rodriguez Castelli destaca que a comunidade universitária deve se engajar na luta pela revogação da Emenda Constitucional 95. “O Teto de Gastos inviabilizará a educação. Além de ser lunática, ela não combate a causa da crise. O governo deveria aumentar a receita, com uma reforma tributária, prevista na constituição e nunca feita. É importante frisar que esse corte na LDO 2019 já é causado por essa modificação da EC95.”

Para Mariane Quadros, coordenadora geral da Assufrgs Sindicato, é “hora da comunidade universitária levar a pauta da defesa da pesquisa e ciência para fora dos muros da universidade, mas também trazer para dentro as pautas de defesa da saúde pública, do SUS, contra a carestia dos combustíveis e pelos direitos trabalhistas. Temos que revogar essa Emenda Constitucional, e conseguiremos isso unificando a universidade com todos os trabalhadores para ampliar essa mobilização contra o conjunto de retrocessos”, concluiu.

FORMAÇÃO

Assufrgs realiza curso sobre os 200 anos de Karl Marx

A Assufrgs realizou de maio a julho, o curso de formação *200 de Marx: Karl Marx e a crítica do capitalismo*. Ao todo foram três encontros de dois turnos que proporcionaram o contato, de maneira introdutória, com a teoria social de um dos maiores pensadores na história da ciência, Karl Marx. Participaram servidores, estudantes e público em geral.

Para o professor Mathias Seibel Luce, ministrante da atividade, foi uma oportunidade de “estudar e debater a obra e perspectiva transformadora daquele que produziu a crítica mais vigorosa à sociedade da mercadoria, sob a qual ainda vivemos. E que, por essa mesma razão, mantém plena vigência para a explicação crítica de nosso mundo a fim de transformá-lo.”

AGENDA

Dia 11 de setembro ocorre Encontro de Servidores Técnicos da UFCSPA

O Encontro de Servidores Técnicos da UFCSPA acontecerá dia 11 de setembro, no anfiteatro Heitor Masson Cirne Lima, à tarde, das 14 às 18 horas.

Os temas discutidos serão flexibilização, paridade, assédio moral e liberdade sindical. Participam do evento os convidados Andreia Caldas, da UFPR, e o advogado Guilherme Monteiro, do CSPM Advogados.

COTAS NO IFRS

Aumenta o debate sobre ações afirmativas no IFRS. Há dificuldade para preenchimento de todas as vagas reservadas para cotas étnico raciais, entre outras

Apesar de possuir uma política de inclusão através de reserva de vagas, muitos campi do IFRS enfrentam dificuldades para aumentar a inserção de estudantes que se autodeclararam negros, pardos, indígenas e pessoa com deficiência. Muitas vezes as vagas ficam ociosas e precisam ser reclassificadas. No edital do Processo seletivo de 06 de maio de 2018, para vagas do semestre 2018/2, por exemplo, foram disponibilizados um total de dez subdivisões nas reservas de vagas.

Para Marlise Paz dos Santos, servidora técnica-administrativa, secretária do Núcleo de Ações Afirmativas do IFRS Rolante, o número de vagas ociosas que originalmente eram destinadas para cotas étnico-raciais deve ser encarado como um problema. “O conjunto da população, que de fato é sujeito de direito dessas vagas reservadas, não conhece ou não tem clareza ainda sobre elas. As pessoas acabam não ocupando essas vagas, muitas quando se deparam com o edital para a inscrição, que oferece inúmeras regras e opções de vagas, são aproximadamente 10 subdivisões, encontram dificuldade de interpretação para entender para qual daquelas vagas ele está apto”, explicou.

Neste mês de setembro, Marlise assumirá a Assessoria de Ações Afirmativas Inclusivas e de Diversidade da Reitoria do IFRS. Hoje, no Instituto Federal, já existe assessoria de ações inclusivas, que deveria dar conta de todos os eixos de inclu-

são e diversidade. Porém, por entender a complexidade de cada eixo, está se ampliando esta assessoria. “É um debate que está avançando. A legislação prevê alguns pontos. Existe uma instrução normativa do ano passado com relação à reserva de vagas e como as instituições devem ficar atentas a essas pessoas que estão entrando pelas cotas étnicas raciais.”, explica a técnica-administrativa.

A lei 11.645, de 10 de março de 2008, por exemplo, já estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. “Quem trabalha nessa temática, tem estado muito preocupado na divulgação das ações afirmativas. Conheço pelo menos três projetos dentro do Instituto Federal, um deles eu coordeno, que divulgam as ações afirmativas dentro das escolas públicas. Precisamos fortalecer a aplicação da lei da obrigatoriedade da cultura afro-brasileira e indígena. Uma vez que as pessoas se autodeclarem como negras e indígenas, isso facilitará para que elas, mais adiante, requeiram esse espaço na reserva de vagas. Precisamos também trabalhar na formação e na capacitação do corpo docente e de servidores, para mostrar a importância desse trabalho sério e efetivo com relação a essas políticas públicas.”

Para mais informações sobre as ações inclusivas no IFRS mande um e-mail para acoes.inclusivas@ifrs.edu.br

UFCSPA E IFRS

Assufrgs realiza consultas à categoria

A Assufrgs Sindicato realiza consulta para saber quais são as pautas, gerais e locais, que a categoria considera prioridades para o próximo período do sindicato. “Além da luta pela democracia, em defesa das universidades, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores, queremos saber de nossos colegas da UFCSPA e do IFRS quais devem ser, na visão deles, as prioridades da Assufrgs no próximo período”, afirma Ma-

riane Quadros, coordenadora da Assufrgs. O objetivo também é saber como a categoria percebe o trabalho realizado pela coordenação do sindicato e pela administração da UFCSPA e do IFRS. As consultas podem ser preenchidas acessando o site do sindicato: assufrgs.org.br. Confira na página 7 deste informativo o resultado da consulta realizada na UFRGS.

UNIVERSIDADE PÚBLICA?

Avançam projetos que facilitam iniciativa privada dentro das Instituições de Ensino Superior públicas

Os sucessivos cortes de verbas nas instituições de ensino superior (IES) e o avanço da privatização e mercantilização da educação pública têm se intensificado. A tentativa de legalizar as doações de pessoas físicas e jurídicas às IES e desresponsabilizar o Estado pelo financiamento das instituições públicas vêm sendo orquestrada nos últimos anos por diferentes governos.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/2015, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS) que permite a criação de fundos patrimoniais para todas as instituições públicas de ensino superior, os institutos federais de educação e as instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas (ICTs), e que autoriza, ainda, a criação de fundações para administrar tais recursos foi aprovado em setembro de 2017 no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde atualmente tramita como PL 8694/2017 e aguarda parecer do Relator na Comissão do Esporte (CESPO). e caso seja aprovado, sem alterações, seguirá à sanção.

O projeto consiste em celebrar termos de aplicação de recursos entre doadores e fundações privadas, que irão captar e gerir doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e destiná-las às instituições. Pelo projeto, uma fundação pode gerir os fundos

de até quatro instituições. Os recursos privados poderão ser aplicados em obras, equipamentos, materiais, serviços e recursos humanos; bolsas de estudos e prêmios por destaque acadêmico; capacitação e qualificação do capital intelectual. Pelo texto, os itens que receberão os recursos precisam estar atrelados à pesquisa, ao desenvolvimento, tecnologia e à inovação. O projeto prevê a dedução do cálculo do Imposto de Renda dos valores efetivamente doados.

Outro ataque recente às universidades públicas é o Marco Legal da Ciência (lei de nº 13243), nome dado a uma série de alterações legais que regem as atividades científicas no país. Sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, a resolução foi regulamentada pelo governo Temer em fevereiro de 2018. Ao todo, nove leis sofreram mudanças. Um dos pontos principais está no direito que órgãos públicos têm de compartilhar laboratórios, equipamentos, materiais e instalações com empresas. Legalmente, a prática é permitida no país desde 2004 e garantida pela Lei de Inovação Tecnológica. No entanto, ainda que certas instituições possuam regras próprias nesse sentido, argumentava-se falta de “segurança jurídica” para que tais parcerias fossem firmadas.

CINE-ASSUFRGS ITINERANTE

Com o objetivo de levar aos trabalhadores de diferentes bases da Assufrgs produções cinematográficas recentes que estimulem o debate sobre as diversas lutas contra a exploração e a opressão que estão presentes na sociedade, a Assufrgs realiza o projeto Cine-Assufrgs Itinerante: Cinema e Resistência. Após cada sessão ocorre debate sobre os temas abordados no filme. A entrada é gratuita. Confira ao lado a programação já confirmada ->

- *Cinema e antirracismo: Pantera Negra.*

19 de setembro, 14 horas, no IFRS Campus Restinga.

- *Cinema e luta das mulheres:*

A Ganha-Pão. 27 de setembro, 16 horas, no IFRS PoA.

- *Cinema e êxodo rural: O menino e o mundo.* 03 de outubro, 14 horas, no IFRS Rolante.



GT MULHERES

Assufrgs recebe o 1º encontro de mulheres da base da Fasubra no RS

Ocorreu de 31 de agosto a 02 de setembro, no auditório da Assufrgs Sindicato, o 1º Encontro de Mulheres da Base da Fasubra. Compareceram representantes das universidades UFRGS, UNIPAMPA, UFSM, UFRN, Instituto Federal do Paraná, IFRS e UFCSPA. A atividade contou com a presença das coordenadoras da pasta de mulheres da Fasubra, Mariana Lopes e Rosângela Borges. Na programação foram debatidos temas como a necessidade da unidade feminista; trabalho feminino não remunerado; reforma da previdência; gênero, sexo e liberdade; a luta das mulheres negras; e as mulheres e o poder



judiciário. Para mais informações entre em contato com o GT Mulheres da Assufrgs, que tem reunião mensal, na segunda-feira de cada mês, às 14h, na sede centro do sindicato.